

O CÍRCULO DE PAZ COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO DE PROFESSORES NA TEMÁTICA DIVERSIDADE E INCLUSÃO

THE CIRCLE OF PEACE AS AN INSTRUMENT FOR THE REFLECTION OF TEACHERS ON THE THEME
DIVERSITY AND INCLUSION

Helen Jane Passeri¹

RESUMO: O presente trabalho relata a experiência do Círculo de Paz realizado em um dos módulos de formação continuada de professores de matemática. A atividade ocorreu no município de Foz do Iguaçu- PR, no ano de 2017. O curso foi ofertado pela Pró-reitoria de extensão de uma universidade pública federal e teve como objetivo promover a reflexão a partir de uma perspectiva sociocultural, sobre a inclusão em sala de aula. A técnica utilizada foi a do Círculo de Paz, uma das ferramentas da Justiça Restaurativa, a qual é norteada por valores universais como participação, diálogo, igualdade, justiça social e respeito à diversidade. O encontro resultou em um partilhar de experiências e na reflexão sobre as possibilidades de inclusão em meio às barreiras arquitetônicas, atitudinais e estruturais mencionadas pelos professores participantes.

Palavras-chave: Professor; Círculo de Paz; Inclusão.

ABSTRACT: The present work reports the experience of the Peace Circle carried out in one of the modules of continuing education for mathematics teachers. The activity took place in the city of Foz do Iguaçu- PR, in 2017. The course was offered by the Extension Dean of a public university and aimed to promote reflection from a sociocultural perspective, about inclusion in class of class. The technique used was the Peace Circle, one of the tools of Restorative Justice, guided by universal values such as participation, dialogue, equality, social justice and respect for diversity. The meeting resulted in a sharing of experiences and reflection on the possibilities of inclusion amid the mentioned architectural, attitudinal and structural barriers mentioned by participating teachers.

Keywords: Teacher; Circle of Peace; Inclusion.

INTRODUÇÃO

O interesse em trabalhar com professores surgiu ao longo de minha atuação profissional como psicóloga atuante em instituições de ensino. E de forma secundária, o interesse tem relação com a minha própria experiência com o ensino da matemática nos anos iniciais do ensino fundamental, onde fui alvo de discriminação e incompreensão da professora por não dominar uma operação de divisão. Esse acontecimento tem mais de 30 anos. E na atualidade, será que ainda existem professores com dificuldades para compreender as diversidades de seus alunos e com poucos recursos para promover a inclusão? Empiricamente, diria que sim, que ainda há muitos professores que possuem uma atitude conservadora, inflexível e até violenta diante de seus alunos crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais. Afirmo isto, baseada em situações relatadas por meus filhos

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ensino - PPGEn da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Psicóloga, Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas. Servidora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Integra a equipe multiprofissional do Núcleo de Apoio a Acessibilidade e Inclusão.

adolescentes, estudantes de escola pública, os quais relatam situações conflituosas e constrangedoras entre os professores e alguns dos colegas de classe, envolvendo a falta de manejo do professor.

Desenvolver uma atitude inclusiva requer humildade e reconhecimento do diferente pela alteridade.

Dessa maneira, olhar o mundo pelo viés de uma ética que esteja baseada no respeito, na solidariedade, na cooperação, no diálogo, no reconhecimento dos diferentes saberes e fazeres, no não etnocentrismo, nos remete a uma sociedade para todos, na qual fitamos o outro não como exótico e/ou estranho, mas sim como um outro ser humano que simplesmente difere de nós, porque todos, em suma, temos alguma diferença (LÜBECK; RODRIGUES, 2013, p. 19).

Porém, não podemos nos esquecer de que o professor é gente comum, sujeito a alegria, tristeza, raiva, amor e os mais variados sentimentos. Ele traz em sua bagagem, experiências que contribuem para o seu fazer docente, seja ele criativo, reflexivo, ou de forma não muito assertiva, esconde-se atrás da rigidez e de uma carapaça usada como defesa.

De maneira genérica podemos dizer que a aprendizagem da docência se inicia muito antes do exercício profissional. Inicia-se desde os tempos em que ingresamos numa sala de aula e continua ao longo de nossas vivências como alunos. Permanece após a conclusão dos cursos formais de preparação para docência, ao atuarmos como professores, ensinando os alunos. Trata-se, portanto, de um conjunto de processos que envolve conhecimentos teóricos e práticos, oriundos das experiências passadas e atuais (REALI; REYES, 2009, p. 13).

Sabemos que a conquista de uma escola inclusiva é um desafio, pois com todo o conhecimento do professor, ainda que este se proponha a vencer os obstáculos e se desenvolver cada vez mais como pessoa, será confrontado com questões estruturais presentes no modelo educacional vigente. Conforme nos aponta (JARES, 2002), o modelo técnico-positivista de educação não permite ao professor capacitar-se para lidar com as divergências e conflitos que surgem em sala de aula, pelo contrário, professores e alunos são impelidos a cumprir com suas obrigações e a ocultar o conflito. Os diretores de escola ficam com a responsabilidade de tomar as medidas cabíveis para resolver o conflito. Desta maneira, e “[...] conscientes e sensíveis à diversidade e às diferenças, notamos que é preciso reorganizar a escola para transformá-la” (LÜBECK; RODRIGUES, 2013, p. 15).

Nesse contexto, buscou-se oferecer aos professores de matemática de um curso de formação de docentes, uma ferramenta diferenciada e não convencional, para trabalharem em sala de aula situações não apenas de dificuldades de aprendizagem da matemática, mas a sua relação com a inclusão². A técnica utilizada foi a do Círculo de Paz, com o tema diversidade e inclusão, o qual buscou promover acolhimento e escuta para o professor dentro do tema e ao mesmo tempo demonstrar como o círculo de paz pode ser utilizado em sala de aula.

2 Inclusão: “Ato ou efeito de incluir (-se); introdução de uma coisa em outra, de um indivíduo em um grupo etc.; inserção.[...] MAT Propriedade de um conjunto de ter todos os seus elementos contidos em um outro conjunto.” Dicionário Michaelis, (2020) da língua portuguesa. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/inclus%C3%A3o/>> Acesso em: 30 mar. 2020.

O professor foi incentivado por meio da atividade a desenvolver uma atitude reflexiva e abrir-se para novas possibilidades, revisitando seus valores e percepções perante as diferenças de seus alunos.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES REFLEXIVOS

Entendemos que na prática educativa do professor, é necessário que o mesmo reflita maneiras de trabalhar as diversidades de forma que todos sejam contemplados em uma aprendizagem integral: o seguinte questionamento foi levantado por (FREIRE, p. 75): “como ser educador, sobretudo numa perspectiva progressista, sem aprender, com maior ou menor esforço, a conviver com os diferentes”?

No ano de 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI. Esta lei regulamenta as políticas de atendimento as pessoas com deficiência para que seja assegurado a estas, condições de igualdade no exercício dos direitos fundamentais e das liberdades fundamentais com vistas à inclusão social e cidadania.

Percebe-se um avanço nas políticas de inclusão brasileira, contudo a maior barreira a ser enfrentada para a inclusão não só da pessoa com deficiência, mas de tudo e todos que são diversos, é a barreira atitudinal.

De acordo com Gusmão (2000, p. 12), “[...] é necessário recuperar e ensinar às crianças o respeito mútuo entre diferentes, tanto como é preciso fazer ver ao professor as introjeções da sociedade em sua percepção de mundo [...]”. Com isto, percebe-se o movimento dialético do ensino, e atenta-se para a importância da formação de professores que levem em consideração a situação cultural a que os alunos estão submetidos, respeitando as diferenças e especificidades de cada um.

Importante destacar de acordo com Freire (1996, p.43), “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática.”. Pois com os avanços tecnológicos e as mudanças socioculturais que impacta a sociedade, a educação e consequentemente a escola, provoca no professor a necessidade de reflexões sobre sua prática e constantes questionamentos quanto à relação com os alunos e com o conhecimento.

O estudo de Priotto (2011, p. 100) chama a atenção para a exclusão social, praticada no âmbito da educação de maneira que as desigualdades apresentam-se na escola sob a forma de “reprovações, sucessão de abandonos e retornos e, por fim, a exclusão definitiva. Está formado, assim, o ciclo das desigualdades: baixa escolaridade, falta de qualificação profissional, falta de emprego, tornando-os vulneráveis socialmente”.

Não se trata de ensinar a igualdade e moldar o outro a um padrão ou a um modelo cultural determinado pela classe dominante.

[...] o que está em jogo é a diferença do outro e sua identidade, que exige que se abduca daquilo que se é para assumir a identidade do eu como modelo a ser imitado. O eu nesse caso, é o branco, ocidental, cristão, medida de todas as coisas e, como tal, superior. A história dos homens é feita num jogo de imagens expressas num espelho de muitos ângulos, em que a diversidade se mostra em seus muitos significados e, permanentemente, nos desafia, pois tem por base o fato de que a relação entre o eu e o outro é sempre conflitiva e marcada por instâncias diferenciadas de poder (GUSMÃO, 2000, p. 13).

Trata-se de permitir ao professor a reflexão em um movimento contínuo, favorecendo o pensamento crítico, a ponto de rever o modelo social atual adotado e enxergar as diferentes imagens expressas nesse espelho de muitos ângulos colocado por Gusmão (2000), e para, além disto, reconhecer que o conflito não é um mal, mas denota as várias instâncias do poder. E muitas vezes o professor é esse sujeito investido de poder. Cabe a ele decidir de que forma irá usá-lo no trato com seus alunos. Poderá ser autoritário e fomentar o conflito, ou escolher por uma prática pacificadora, como por exemplo, a Justiça Restaurativa, a qual descrevo brevemente neste relato.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM MODELO BASEADO NA DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Uma das maneiras de trabalhar a inclusão é por meio dos princípios e técnicas da justiça restaurativa, mais especificamente do Círculo da Paz, o qual teve origens em práticas restaurativas de resolução de conflitos tornando-se um ramo do sistema jurídico no Brasil e em diversos países, denominado como Justiça Restaurativa.

De acordo com Grossi (2009), a justiça restaurativa é uma abordagem inclusiva e colaborativa, baseada nos valores de inclusão, pertença, solidariedade e escuta ativa que prevê a participação de alunos, professores, comunidade, família e rede de apoio nas situações de conflitos e violências visando à restauração das relações sociais. Ela é um campo em expansão para atuar no desenvolvimento de modelos direcionados às políticas públicas da infância e juventude. E visando ao atendimento integrado do adolescente, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, é que algumas escolas têm incentivado a criação de espaços para o exercício de uma prática dialógica e emancipatória, contemplando uma educação não somente voltada para o conteúdo, mas também para a cidadania e ressignificação de práticas e saberes docentes.

Diríamos que Justiça Restaurativa, desde a sua origem nômade mais remota, é uma pluralidade de procedimentos dialogais, nos formatos de encontros ou círculos, fundamentados, atualmente, nos princípios da promoção da paz e da dignidade da pessoa humana. Esses procedimentos são conduzidos por facilitadores (mediadores), que atuam como colaboradores legitimados por livre escolha ou aceitação. Os participantes ou mediandos são protagonistas com iguais oportunidades. Nesses procedimentos, busca-se fortalecer, reciprocamente, os sentimentos de pertencimento e de propósito comum e o desenvolvimento de projetos para o futuro, reforçando-se os afetos positivos, prevenindo-se a violência e/ou ensejando-se a reparação emocional, moral e material das sequelas de práticas sociais desagregadoras (VASCONCELOS, 2016, p. 147).

Os procedimentos dialogais são fundamentados nos princípios de promoção de paz, os quais posicionam os participantes em círculo para discussão da temática. Grossi (2009) afirma que quando há conflitos no grupo, é possível observar após as atividades do círculo, um reconexão entre as pessoas. A escuta ativa da história do outro, faz com que a pessoa escute atentamente, sem filtros. Isso propicia uma aproximação com a humanidade do outro e minimiza as diferenças, permitindo assim um espaço de não julgamento e de reparo de danos. As atividades do círculo sempre resgatam os valores de cada um.

De acordo com (Pranis, 2010), embora os círculos de paz tenham se originado no contexto da justiça criminal, ao longo dos anos os voluntários que trabalhavam no projeto perceberam a sua eficácia para situações não relacionadas ao crime e estenderam os círculos para escolas, locais de trabalho, igrejas, associações de bairro, entre outros.

Conforme Boyes-Watson; Pranis (2011, p.37, 38), o círculo de paz convida os participantes a deixar cair proteções que criam distância de seu eu verdadeiro e do eu verdadeiro das outras pessoas. Essa técnica requer que os participantes sentem-se em círculo, preferencialmente sem mesa no meio. O facilitador³ do círculo explica aos participantes o porquê de sentar-se em círculos, representando assim uma igualdade de direitos e hierarquia. Recomenda-se para o centro, uma toalha ou tapete e uma planta simbolizando as nossas necessidades básicas de água, alimento, respiração e a nossa conexão com a terra. Há neste centro também materiais a serem utilizados no círculo como canetas, papéis, livros e o objeto que será utilizado para regular o diálogo, denominado objeto da palavra.

Um dos itens mais importantes do círculo é o objeto da Palavra ou bastão da fala, o qual consiste em um objeto escolhido para regular a fala dos participantes. Este objeto passa de forma sequencial no círculo oportunizando a fala somente para quem está de posse deste objeto, assegurando assim a atenção total dos demais participantes e a não interrupção da fala. É muito importante que o facilitador deixe claro ao início, as regras de utilização do objeto da palavra para que todos sejam ouvidos sem julgamento, sem interrupção da fala e com respeito.

Ainda faz parte da metodologia do círculo, uma cerimônia de abertura deixando claro que será um encontro diferente de uma reunião comum, além de ajudar os participantes a colocarem-se completamente presentes no espaço, atentos aos valores do eu verdadeiro. Para encerrar esse espaço especial há uma cerimônia de fechamento, a qual enfatiza o sentido de esperança para o futuro e prepara os participantes para retornarem ao espaço comum de suas vidas.

De acordo com (Pranis, 2010) a nomenclatura que integra todos esses subtipos continua sendo o “Círculo da Paz”, subdividindo-se em círculo de diálogo, de compreensão, de restabelecimento, de apoio, de sentenciamento, de resolução de conflitos, de reintegração e de celebração.

Na experiência vivenciada pela autora foi trabalhado apenas o círculo de diálogo, que de acordo com (Pranis, 2010), consiste em explorar o assunto sob vários pontos de vista, sem a pretensão de resolução de algum conflito.

Segundo Brancher (2006, apud GROSSI, 2009, p. 502), quando há conflitos no grupo, é possível observar após as atividades do círculo, um reconexão entre as pessoas. A escuta ativa da história do outro, faz com que a pessoa escute atentamente, sem filtros. Isso propicia uma aproximação com a humanidade do outro e minimiza as diferenças, permitindo assim um espaço de não julgamento e de reparo de danos.

3 O facilitador do círculo poderá ser o professor ou outro membro da comunidade previamente capacitado para a aplicação da técnica. De acordo com Boyes-Watson e Pranis (2011 p. 41), “o papel do facilitador é iniciar um espaço que seja respeitoso e seguro e engajar os participantes a compartilhar a responsabilidade pelo espaço e pelo seu trabalho compartilhado”.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho foi realizado no ano 2017, durante um curso promovido pela Pró-reitoria de extensão de uma universidade pública federal e intitulado: *Formação Continuada de Professores de Matemática: uma ação com múltiplos enfoques*. A formação continuada ocorreu por dois anos, sendo seis encontros por ano, aos sábados de manhã. A minha participação, enquanto psicóloga e servidora da universidade, bem como de outros integrantes do Núcleo de Apoio a Acessibilidade e Inclusão da mesma instituição, se deu por convite da professora coordenadora do projeto.

A atividade ocorreu em um dos módulos do curso, na qual foi utilizada a técnica do círculo de paz, cujas discussões foram orientadas pelas seguintes questões: I - Como as professoras de matemática do programa de formação continuada percebiam a inclusão de estudantes com deficiência, ou com qualquer tipo de necessidade educacional especial. II – As professoras de matemática do programa de formação continuada percebiam a relação entre a dificuldade de aprendizagem apresentada e a deficiência do estudante?

Minayo e Sanches (2005), ressaltam a importância da pesquisa qualitativa em ciências sociais, posto que esta trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Neste sentido buscou-se trabalhar dentro de uma abordagem qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Além de discutir o tema inclusão e conhecer a percepção dos professores sobre o assunto, buscou-se neste estudo, apresentar aos professores do curso, uma técnica diferenciada, cuja premissa é o diálogo e a inclusão e que pode ser utilizada em sala de aula.

Sobre isto, Grossi (2009) nos traz o exemplo de um projeto-piloto, realizado nos moldes da justiça restaurativa, em escolas públicas e privadas da cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, onde vários casos de violência e exclusão foram minimizados, e conclui afirmando que o processo restaurativo dos círculos promove, dentre outros,

[...] um alongamento do olhar do educador, que passa a ver o aluno não mais como um 'aluno problema', mas sim como uma pessoa com necessidades, desejos, carências e, ao mesmo tempo, com responsabilidades ao estabelecer um acordo em comum que atenda as necessidades de todos os envolvidos (GROSSI, 2009, p. 507).

A atividade teve duração de aproximadamente três horas. Observou-se que as participantes (todas do sexo feminino), estavam na expectativa de aprender algo sobre a inclusão e principalmente de terem a oportunidade de partilhar suas experiências com o tema. A técnica do círculo foi bem aceita por todas.

Por não estarem habituadas ao uso do objeto da palavra, inicialmente tiveram dificuldades em aguardar a sua vez para falar. Isto não foi visto como algo negativo, mas sim como uma demonstração de interesse das professoras e até mesmo, uma necessidade de expor suas ideias em um ambiente acolhedor e sem julgamentos.

As professoras trouxeram vários exemplos de barreiras de inclusão, a começar pela falta de estrutura das escolas, tanto em nível arquitetônico, quanto no apoio

do estado para o cumprimento das políticas públicas de acessibilidade e inclusão como, por exemplo, o cumprimento da LBI (2015), em seu art. 28. “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...] XVII - Oferta de profissionais de apoio escolar”.

Uma das professoras citou o exemplo de uma estudante cadeirante que necessitava de um profissional de apoio escolar⁴. Nem sempre havia o profissional disponível, outras vezes, alguém da própria família entrava em sala com a estudante para atendê-la em suas necessidades de higiene, porém, devido à vulnerabilidade da família, nem sempre isso ocorria e a estudante dependia de aguardar que algum agente educacional viesse para auxiliá-la. Sem contar outros fatores relacionados, como a falta de acompanhante no transporte escolar com as medidas de segurança cabíveis e o alto índice de absenteísmo dessa aluna diante de todas as dificuldades, acarretando em dificuldades na aprendizagem.

Em alguns casos, como deficiência intelectual, as professoras conseguiam relacionar a deficiência com a dificuldade de aprendizagem, contudo na maioria das especificidades as dificuldades estavam relacionadas a fatores estruturais da escola e a condição socioeconômica vulnerável dos alunos.

Ficou claro na fala das professoras que estas reconheciam a importância da inclusão e procuravam fazê-lo em sua prática diária. Porém, pelo desconhecimento das especificidades de cada deficiência, em especial o transtorno do espectro autista – TEA, o ensino ainda era um desafio, pois relataram que as licenciaturas em ciências e matemática não contemplam formação para o ensino de estudantes com deficiência, e tampouco as capacitações promovidas pelo estado abordam a temática.

Houve boa receptividade em todos os momentos. Percebeu-se a necessidade de trabalhar temas transversais nos cursos de licenciatura e até mesmo nos cursos de pós-graduação em educação e ensino para que os profissionais tenham a oportunidade de formação nesses temas, tendo em vista que o exercício de reflexão sobre o papel do educador neste complexo universo de diversidade e inclusão é constante e se dá na prática e não isoladamente. Ao final da atividade, momento denominado como “*check out*”, cada participante teve a oportunidade de falar como se sentia. Algumas participantes reconheceram a necessidade de mais espaços como este no dia a dia escolar.

Neste encontro não houve dificuldade com relação à compatibilidade de agenda das professoras participantes, talvez por ser um módulo já previsto pela atividade de extensão e ocorrer em um sábado. Contudo, acredito ser relevante pontuar a dificuldade atual enfrentada para reunir um grupo pequeno de professores para uma pesquisa de mestrado, envolvendo a aplicação da técnica dos círculos de paz com professores. Desde o início tem sido muito difícil, senão impossível conciliar o horário do grupo para participação no círculo. Creio que a dificuldade de reunir esses professores se deva ao modelo técnico-positivista de educação, apontado por Jares (2002).

4 Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas; Lei Brasileira de Inclusão: Art. 3º, XIII. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm >

Com isto, observa-se a necessidade de uma reforma na atual estrutura escolar, bem como maior flexibilidade das instâncias superiores de educação para tais mudanças, de maneira que seja possível implementar práticas restaurativas como as do círculo de paz, que podem fazer a diferença no dia a dia escolar e na inclusão de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é diverso, por vezes, causa estranhamento, e, a não ser que haja uma reflexão sobre isto, o que é estranhamento passa a ser julgamento. Neste ponto, o rito do círculo favorece a empatia e minimiza a estranheza e o julgamento, pois valoriza a experiência pessoal enquanto única e o compartilhar de valores humanos universais como liberdade, justiça generosidade, amor, paz, solidariedade e honestidade. Deste modo, buscou-se chamar a atenção para a oportunidade de apresentar aos professores a técnica do círculo de paz, pois acredita-se que por meio de uma relação dialógica com a comunidade escolar possamos exercitar as práticas restaurativas e contribuir para a diminuição da violência escolar.

A técnica do círculo de paz foi apresentada como um modelo de comunicação diferenciado para ser usada entre professores e alunos e entre os próprios professores. Neste caso, o círculo de paz foi um dos meios para promover a troca de experiências e a reflexão de educadores na temática diversidade e inclusão.

Que este estudo contribua para novas discussões e reflexões acerca do tema, e que forneça ao leitor ferramentas favoráveis à compreensão da diversidade humana e promoção de valores voltados para uma cultura de paz e de inclusão. E que a ação de ensinar seja permeada de empatia e respeito pela diversidade, promovendo a inclusão e integração de cada ser humano, contribuindo assim para a transformação das relações interpessoais, inclusão de todos e diminuição da segregação e violência escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Decreto-Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Fortaleza: INESP, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 31 mar. 2020
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessário à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GROSSI, P. K. et al. Implementando Práticas Restaurativas nas Escolas Brasileiras como Estratégia para a Construção de uma Cultura de Paz. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 497-510, set/dez 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3304>. Acesso em: 13 de agosto de 2019.
- GUSMÃO, N. M. M. Desafios da Diversidade na Escola. *Revista Mediações*, v. 5, n. 2, Londrina, p. 9-28, jul./dez, 2000.
- JARES, Xesus R. Aprender a Conviver. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, Zaragoza, Espanha, nº. 44 p. 79-92, ago. 2002. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27404405>> Acesso em 20 mar. 2020.
- LÜBECK, M.; RODRIGUES, T. D. (2013). Incluir é Melhor que Integrar: uma concepção da Educação Etnomatemática e da Educação Inclusiva. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, v. 6, n. 2, p. 8-23, 2013. Disponível em: < <https://revista.etnomatematica.org/index.php/RevLatEm/article/view/71>> Acesso em 30 mar. 2020.
- MANTOAN, M. T. É. Igualdade e Diferenças na Escola: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, Maria Tereza Égler (Org.). *Inclusão Escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.
- MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 2005. DOI: 10.1590/s0102-311x1993000300002

PRANIS, Kay; BOYES-WATSON, Carolyn. *No coração da esperança: guia de práticas circulares*. Trad. Fátima de Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2011. 280 p. Disponível em: <http://justica21.web1119.kinghost.net/arquivos/Guia_de_Praticas_Circulares.pdf> Acesso em 20 mar. 2020.

PRANIS, K. *Processos Circulares*. Teoria e Prática. Série da reflexão a prática. Trad. Tônia Van Acker. 2º ed. São Paulo: Palas Athenas, 2017. 100 p.

PRIOTTO, E. P. *Violência Escolar: políticas públicas e práticas educativas no município de Foz do Iguaçu*. Casca-vel: EDUNIOESTE, 2011.

REALI, A. M. de M. R.; REYES, C. R. *Reflexões sobre o fazer docente*. Coleção UAB-UFSCar. São Carlos: EdUFSCAR, 2009. 98 p. Disponível em: < http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2749/1/Pe_Real_i_FazerDocente.pdf> Acesso em 31 mar. 2020

VASCONCELOS, C. E. Círculos ou Encontros de Mediação Vítima Ofensor e Outras Práticas Restaurativas com Ênfase na Escola. In: PELIZZOLI, M. (Org.). *Justiça Restaurativa: caminhos da pacificação social*. Recife: EDUCS, 2016, p. 129-160.